



ACÓRDÃO Nº665/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10716/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Itapiranga
- 5- **Exercício:** 2014
- 6- **Responsável:** Câmara Municipal de Itapiranga e João Batista da Mata Sousa (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2974/2017-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Legislativo dos Municípios do Interior. Câmara Municipal de Itapiranga. Exercício de 2014.

*Irregularidade. Multa. Determinação.
Encaminhamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. João Batista da Mata Sousa, responsável pela Câmara Municipal de Itapiranga, exercício de 2014, Presidente e Ordenador de Despesas, nos termos do inciso II do art. 1º e da alínea "b" do inciso III do art. 22, todos da Lei Estadual nº 2.423/96, em decorrência de grave infração à norma legal (irregularidades 2, 3, 8 e 10);
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. João Batista da Mata Sousa, no valor de R\$8.768,25, que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, por descumprimento pelas improbidades em razão de graves infrações a normas legais (irregularidades 2, 3, 8 e 10). O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, tudo em conformidade com a alínea "a" do inciso III do art. 72 da Lei estadual nº 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução nº 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei Estadual nº 2.423/96);



ACÓRDÃO Nº665/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar à Câmara Municipal de Itapiranga, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:

- 10.3.1. realize concurso público para provimento dos cargos efetivos criados pela Lei nº. 232/2013, nos termos do art. 37, inciso da II da CF/88, bem como cumpra o art.51 da Lei 8.666/93. Quanto à questão financeira, promova parceria com a Prefeitura, no sentido de viabilizar a realização do certame.
- 10.3.2. adote controle interno e eficiente de combustível, bem como do almoxarifado, em respeito aos princípios da eficiência, moralidade e legalidade;
- 10.3.3. mantenha o portal da transparência atualizado (art.48 da LRF);
- 10.3.4. encaminhe os Relatórios de gestão Fiscal com todas as informações determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- 10.3.5. instrua as contratações com os devidos processos, nos termos da Lei 8.666/93;
- 10.3.6. mantenha controle de estoque, de forma a respeitar os princípios do interesse público, finalidade, eficiência e economicidade;
- 10.3.7. obedeça à súmula vinculante 13 do STF, no sentido de não praticar nepotismo;
- 10.3.8. observe, por último, que a reincidência do agente responsável no cumprimento destas determinações acarretará o julgamento das suas respectivas Contas irregulares, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

10.4. Encaminhar os autos à Dicrex para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.



ACÓRDÃO Nº665/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 20 de Junho de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral